

“CORPODER – FILOSOFIAS DECOLONIAIS: CORPOS, PODERES E SABERES”: GRUPO DE PESQUISA-AÇÃO E ENSINO DE FILOSOFIA

“CORPODER – DECOLONIAL PHILOSOPHIES: BODIES, POWERS AND KNOWLEDGE”: GROUP OF RESEARCH-ACTION AND TEACHING OF PHILOSOPHY

Joana Tolentino¹

Recebido em: 05/2018

Aprovado em: 07/2018

Resumo: Esse texto reflete sobre as atividades do *Corpoder – Filosofias decoloniais: corpos, poderes e saberes*, grupo de pesquisa-ação que trabalha com filosofias decoloniais no Colégio Pedro II, escola pública brasileira federal de educação básica. O grupo busca tensionar o cânone filosófico e denunciar os silenciamentos impostos por um rígido modelo hegemônico excludente. Também é objetivo do grupo propor inovações nas estratégias de ensino em filosofia. Interessa-nos aqui investigar a potência de resistência e transformação micropolítica dessas ações localizadas e seus impactos sobre a filosofia e seu ensino.

Palavras-Chave: ensino de filosofia, cânone filosófico, filosofias decoloniais.

Abstract: This text reflects on the activities of the *Corpoder – Decolonial philosophies: bodies, powers and knowledge*, a research-action group, that works with decolonial philosophies in Colégio Pedro II, a public high school in Brazil. The group intent is stressing the philosophical canon and denouncing the silencing imposed by this rigid exclusionary hegemonic model. It is also its goal to propose innovations in philosophy teaching strategies. We are interested in investigating the potency of resistance and micropolitical transformation of these localized actions and the impacts on philosophy and its teaching practice.

Keywords: teaching of philosophy, philosophical canon, decolonial philosophies.

Introdução

No âmbito de um tradicional colégio da rede federal de educação básica, na perspectiva das pesquisas ativistas e de uma atuação engajada no ensino de filosofia, no ano de 2017 houve a criação do grupo de estudo e pesquisa *Corpoder – Filosofias decoloniais: corpos, poderes e saberes*, no Colégio Pedro II, estendendo sua institucionalização a outras instâncias e órgãos de fomento brasileiros, como o CNPq. Esse grupo nasce do esforço de professorxs-pesquisadorxs

¹ CPII. Email: joana.tolentino@gmail.com

de filosofia que, cientes de sua inserção num determinado lugar e história e da falácia da neutralidade dos saberes, questionam a tradição da filosofia e seu ensino na lógica colonial sob a qual estes operam. Ao abordar a criação deste grupo intento valorizar os processos locais e horizontais de produção, troca e compartilhamento de conhecimentos que propõem outras relações entre poderes e saberes – nas pesquisas e publicações, mas também na sala de aula, nos currículos, nas organizações e atuações nos espaços ensinantes. O objetivo principal é que, através de ações como esta e do compartilhamento desses relatos possamos dar maior visibilidade à produção de saberes que foram subalternizados e, com isso, invisibilizados, considerados inferiores ou até mesmo nocivos, como as ‘bruxarias’, comuns às mulheres, ou as ‘feitiçarias’, atribuídas aos ameríndios, africanos e afrodiáspóricos. Acreditamos que essas ações de resistência teórico-práticas, ainda que se espalhem aleatoriamente aqui e ali, têm potência para, micropoliticamente, criar fissuras e porosidades nas escolhas curriculares, nas publicações editoriais, nas bibliografias de cursos e concursos. E, desse modo, incluir esses saberes nos percursos da tradição da filosofia e de seu ensino, seja na educação básica ou no ensino superior, em especial na formação de professores, descolonizando conteúdos, currículos e metodologias.

Cânone filosófico excludente e alienação de si

Identificamos a filosofia que se aprende e ensina, sobre a qual pensamos e escrevemos, aprisionada em um cânone excludente, tolhida em processos de colonialidade que legitimam aqueles conhecimentos que podem e os que não podem ser considerados como filosóficos. A forma como foram “gestados e consagrados os discursos filosóficos” (BONILLA, 2010, p.86) faz com que se reduzam as inúmeras possibilidades de filosofar às teorias filosóficas que conseguiram se fazer ouvir no interior de um cânone oficial excludente, profundamente colonizado em sua história, geografia, gênero (entre outros eixos de opressão).

Essa concepção excludente que predomina impõe suas interdições e silenciamentos, excluindo da atividade filosófica filósofos africanos, latinoamericanos, bem como as filosofias indígenas e aquelas oriundas dos vários povos do oriente – indianos, chineses, árabes, mesopotâmios, entre outros. Assim também o faz com as mulheres filósofas. Podemos facilmente perceber o apagamento de nossos traços na história da filosofia, o que só coaduna com a história mundial oficial patriarcal de invisibilização das produções e feitos das mulheres em todas as áreas, assim como sua exclusão do espaço público. Porém podemos indagar: não

seria esse justamente um traço distintivo da filosofia, a ruptura com a prática do senso comum? Essa interdição tem limitado e subestimado historicamente a atividade intelectual desses grupos e povos, quando, em casos raros de muito êxito, têm seus saberes julgados como vulgares sistemas de crenças ou, na contemporaneidade, como saberes subalternos marginais objetificados. “A perda de uma autorreferência genuína não foi apenas uma perda gnoseológica, foi também, e sobretudo, uma perda ontológica: saberes inferiores próprios de seres inferiores.” (SANTOS e MENESES, 2010, p.17).

No âmbito da filosofia no Brasil, assim como em toda a Latino-América, Ásia, África, Oceania, mesmo aqueles oficialmente formados em filosofia, não consideramos que desempenhem a atividade de filósofas ou filósofos, mas, quando muito, de ‘pensadores’, artistas, teólogos ou, no máximo, comentadores. Teríamos, nessa perspectiva colonizada que predomina até a atualidade, nossa identidade restrita a sermos comentadores repetidores dos ‘verdadeiros’ filósofos. Homens arianos de língua alemã, francesa, ou inglesa, cuja ontologização de seus seres permite que sejam, e tenham sido ao longo da história ocidental, identificados com esse saber denominado filosófico, considerado superior, posto que dotado de alta sofisticação racional. “Esse ponto radiante, que anima um discurso efetivamente heliocêntrico, preenche o espaço vazio do agente com o sol histórico da teoria – o Sujeito da Europa.” (SPIVAK, 2014, p.35-36). Esses homens são produtores de discursos emanados do *locus* de poder norte-ocidental, numa clara divisão geopolítica dos poderes e dos saberes, sempre imbricados.

Este saber filosófico canonizado, no qual transitamos, reifica-se como um saber: i) eurocêntrico, com paternidade, data e local geográfico de nascimento, como criticam, por exemplo, Alcira Bonilla, refletindo sobre a violência do cânone filosófico, e Enrique Dussell, inserido na tradição da filosofia da libertação na latinoamérica; ii) branco e cristão, como salientam Gayatri Spivak e Aníbal Quijano, posto que erigido sobre múltiplos racismos embutidos na colonialidade epistêmica dos saberes e dos poderes, na negação de tudo o que é e foi considerado ‘o outro’ do modelo norte-ocidental; iii) e profundamente masculino, como denunciam as filósofas latinoamericanas Lélia González e María Lugones – além de salientarem a interseccionalidade necessária desta dimensão de gênero com outras, tais como raça e classe, a fim de que sejamos capazes de compreender mais plenamente os efeitos desontologizantes dos processos de colonialidade sobre o ser. Investigar referenciais teóricos diversos, especialmente de mulheres orientais, africanas, latinoamericanas que estiveram ausentes das formações em filosofia no Brasil e no mundo até os últimos anos e, dessa maneira, contribuir

para a descolonização de gênero, cultural, racial, geográfica do fazer filosófico, é objetivo primordial nesse escrito que também se constitui como fala, comunicação, diálogo.

A partir da identificação do quanto a produção de saberes está imbricada em poderes que obliteram tanto formas de conhecimento quanto possibilidades de ser, neste grupo de pesquisa buscamos, em práticas de ensino e pesquisa-ação, propor estudos, técnicas, discursos, metodologias que possam valorizar, dando voz e visibilidade àquilo que foi e ainda hoje é colocado à margem na tradição filosófica – nossa área específica de atuação. Isso tanto no sentido da crítica à colonialidade, quanto na valorização de diálogos interculturais, visibilizando alternativas potencializadoras: essas configuram-se como as duas linhas de pesquisa nas quais atuamos no grupo. Acreditamos na capacidade dessas resistências micropolíticas para que consigamos, por aglutinação de forças, alterar as tessituras macropolíticas no sentido da construção de sociedades mais igualitárias e livres de processos coloniais de padronização e aniquilamento. Tais processos baseiam-se em falsos universalismos excludentes que, ao ocultarem seus lugares de fala, numa máscara de neutralidade, reproduzem o modelo heteropatriarcal, branco, norte-ocidental, urbano-industrial, capitalista como ‘o universal’ – única alternativa possível de efetivação da humanidade.

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade *branca colonial e patriarcal*. Por favor, deixem-me lembrar-lhes o que significa o termo epistemologia. O termo é composto pela palavra grega *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: 1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos. (KILOMBA, 2016).

Esta tradição filosófica ocidental epistemológica estrutura-se em monopólios discursivos que levam ao paradoxo existencial nossa própria atuação enquanto filósofas/os e professoras/os de filosofia latinoamericanas/os, africanos, afrodiáspóricos, subjetividades subalternizadas e silenciadas nesta lógica colonizada. Assim, também é meu intento com este

artigo empoderar nossos interlocutores, em especial estudantes, ainda que isso só ocorra a médio ou longo prazo, para que consigam atuar e identificar-se com a filosofia para além dessas opressões simbólicas, para além dos epistemicídios, esgarçando-a no sentido de abri-la para a diversidade, a interculturalidade. Valorizamos o fato de que um ensino da filosofia com base na diversidade e na interculturalidade tem a capacidade de potencializar a convivência democrática. Porém, esta atuação das subjetividades marginalizadas e negadas na filosofia – mulheres, indígenas, lgbts, asiáticas/os, negras/os, latinoamericanas/os – se dá no modo da alienação de si mesmos. Essa operação alienante ocorre para que seja possível a identificação e o trânsito em um saber filosófico que opera no apagamento de nossas próprias existências, inviabilizando múltiplas epistemologias e possibilidades de ser.

A filósofa afrodiáspórica Grada Kilomba se aprofunda nesse conceito da alienação de si a partir da vida de mulheres e homens negrxs na diáspora, vivendo em sociedades embranquecidas (ainda que tenham uma maioria da população negra, como ocorre no Brasil). Fazemos aqui uma ampliação desse processo, tal como ressaltado por Grada Kilomba, também para as mulheres e latinoamericanos, indígenas, entre outros grupos subalternizados, que possam se identificar com o saber e o fazer filosófico. Esta filósofa, que leciona e vive na Alemanha, a partir de sua vivência pessoal e social, cujas influências remontam à experiência histórica que nos marca de modo arquetípico – profundo e inconsciente, expõe fissuras que podemos afirmar atingir uma concepção ontológica. Ao requerer o estatuto de universal e totalizante para uma concepção possível, ignora a experiência de seres humanos forçados a existir no modo da alienação de si mesmos.

Que alienação ser forçado a identificar-se e a performatizar a si mesmo/a partir do roteiro feito pelo sujeito *branco*. Que decepção sermos forçados/as a olhar para nós mesmos/as como se estivéssemos no lugar deles/as. E que dor encontrar-se preso/a nesta ordem colonial. Esta parece ser uma informação muito pessoal. Mas tal informação, aparentemente “confidencial”, não é nada privada. Estas não são histórias pessoais ou reclamações íntimas, mas sim relatos de racismo dentro de espaços acadêmicos, artísticos e culturais. Eles revelam a inadequação desses espaços em se relacionar não só com a “condição pós-colonial”, mas também com os seus sujeitos, discursos, perspectivas, narrativas e conhecimentos – e estas deveriam ser as nossas preocupações. Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. (KILOMBA, 2016).

Alienação aqui entendida como algo que não se restringe à relação entre o trabalhador e o fruto do seu trabalho nas sociedades capitalistas em que vivemos, algo que afeta a toda a

classe trabalhadora e que remete à origem marxista desse conceito. Esse outro modo de alienação que aqui nos apropriamos conceitualmente a partir de Grada Kilomba, se sobrepõe e atua conjuntamente à alienação do trabalhador, porém é mais profunda e radical, é uma alienação de seu próprio ser como um todo, em seus diferentes aspectos pessoais, sociais, biológicos. A possibilidade da existência de seres humanos cuja existência mesma é negada, em processos de desontologização de seus seres, é o que azeda a cantilena doce das teorias universalistas do ser: não seria isso uma contradição entre termos? Pode ser uma contradição lógico-semântica, mas que não impede a existência no modo da alienação, negação, apagamento de si, existência no apagamento da própria existência, para muitas vidas humanas no sistema-mundo global e sua divisão internacional do trabalho.

A colonialidade racista, sexista, e androcêntrica gera um modo de ser que opera a própria alienação de si: mulheres, lgbs, africanos, asiáticos. Essa alienação de si funciona como estratégia de sobrevivência existencial criada enquanto única capaz de garantir a manutenção de seus corpos vivos, em meio a tanto racismo, feminicídio, extermínio da população lgbt, entre outros genocídios – como o holocausto negro executado nos anos de escravização e tráfico negreiro no Brasil e perpetuado pelo racismo carcerário que ainda hoje vivemos que, quando não extermina, encarcera. Para resistir é necessário, antes de tudo manter-se vivo. Porém a existência de determinados corpos passa a se dar a partir de processos, em muito inconscientes, de apagamento de si mesmo e de todo o simbólico, biológico, histórico que engendram as subjetividades. E assim, as marcas de gênero, ancestralidade, episteme, memória, traços físicos, hábitos, estética são aniquiladas, a fim de viabilizar uma identificação com um modelo padrão que, ao negar a outros seres pertencimento, presença, identidade, nega-lhes a própria condição existencial de ser. Assim, a alienação de si torna-se condição de sobrevivência para muitos corpos e para segmentos inteiros marginalizados nos estados modernos e suas sociedades coloniais, quer colonizadas ou colonizadoras, metrópoles ou colônias, hoje ou na pós-colonialidade, sob o traço do imperialismo.

Filosofia, descolonização, diversidade existencial e epistêmica: o que nos toca fazer

Uma vez que desejamos fazer diferente da rigidez do cânone filosófico, lidar de modo mais ousado, autônomo e livre com a filosofia, sua tradição, o filosofar e seu ensino tornam-se indispensáveis. “No sentido de não estabelecer *ad hoc* um pensamento assim chamado universal, se não, de se descobrir na gravidez do pensar, ou seja, no solo que o sustém”

(KUSCH, 1978, p.16). Nestas reflexões insisto no potencial das aulas de filosofia para propor fissuras e transgressões no modelo universal, no caminho da diversidade, de pensamentos plurais, situados, abertos ao diálogo, à escuta, à diferença cognitiva, epistêmica, existencial.

Se muitas filosofias e teorias foram (e ainda são) identificadas como subalternas, isso ocorre porque foram (des)classificadas e alocadas à margem dos conhecimentos canonizados que, conforme um padrão branco, masculino, eurocentrado, as subalterniza em práticas de desqualificação e silenciamento. Mas isso em muitos pontos nos toca, enquanto educadores, pensadoras, intelectuais, professores, filósofas, escritores. O que também cabe a nós fazer, ser, agir (instâncias estas inseparáveis)? Como ações de re-existência, em especial nas sociedades em que vivemos – latinoamericanas, no caso específico, brasileira, com maioria de mulheres e negras. Aposto na relevância de uma atuação intelectual e educativa militante, no sentido de se garantir e valorizar os lugares de fala historicamente invisibilizados, através da compreensão da filosofia em sua diversidade epistêmica, garantindo essa diversidade nas composições curriculares. Acredito nessas microresistências e re-existências como potentes para, tal como redes, reverberar nas macro-estruturas epistêmicas e seus poderes, como também nas macro-estruturas de poderes e suas epistemes.

Acreditamos que, a partir do flerte com a arte, tenhamos mais abertura para criar relações entre ciência, filosofia e arte, sem hierarquizações, implodindo os limites entre os saberes, atuando fora das ‘gavetas’ especializadas e suas binárias dicotomias. E assim seremos mais capazes de ampliar linguagens e interseções, na potência das trocas entre diferentes no encontro dos corpos no espaço comum da aula. Na escola, na universidade, ou em tantos outros espaços possíveis pra se ensinar e aprender, entendendo que também se aprende enquanto se ensina, bem como se ensina enquanto se aprende.

Grupo de pesquisa-ação CORPODER e Simpósio *Críticas à colonialidade: corpos, poderes e saberes: a potência dos encontros*

Fizemos questão, ao nomear o coletivo de pesquisa, de frisar a importância do estudo, de uma fundamentação teórico-prática, pois assim entendemos a docência, a pesquisa. Enraizadas em nosso contexto e, portanto, militante, além de mobilizar o estudo teórico, a pesquisa teórica e aplicada ao ensino-aprendizagem, assim como a produção textual e a potencialização de nossos encontros ensinantes. Falamos aqui de uma atuação na educação básica, com foco no ensino médio, mas também na formação de professores e na pós-graduação.

Satisfazendo à demanda mais específica do estudo, iniciamos encontros quinzenais de aprofundamento na leitura e discussão de uma bibliografia baseada na descolonização, no *campus* Tijuca II, no Laboratório de Humanidades (espaço que congrega, além da filosofia, as equipes de sociologia, história e geografia do referido *campus*). Através destes encontros estamos tendo a possibilidade de estudar toda uma gama de saberes invisibilizados na formação de docentes de filosofia: filósofos e filósofas latinoamericanas, africanas, indígenas. Pouco ou nada tivemos acesso a essas produções filosóficas enquanto estivemos vinculados aos departamentos de filosofia das universidades brasileiras, mesmo quando realizávamos pesquisas avançadas na pós-graduação, de mestrado ou doutorado. Lemos os textos e os discutimos coletivamente.

Com esse mesmo foco no aprofundamento de nossos aportes teóricos sobre a decolonialidade, a pós-colonialidade e a descolonização, participamos de dois potentes eventos: um deles foi a palestra da intelectual boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, na UERJ (setembro/2017) e o outro a vinda de Yuderkys Espinosa Miñoso, intelectual nascida na República Dominicana, para atividades na UNIRIO (dezembro/2017). Silvia Cusicanqui é intelectual da descolonização, ativista e professora emérita da Universidade de San Andrés, em La Paz, e boliviana de origem Aymara. Foi muito enriquecedora sua fala, em um momento de atos de resistência e fortalecimento da universidade pública brasileira, laica, de qualidade, para todes. Silvia em menos de duas horas nos bombardeou, na melhor acepção do termo, com um turbilhão de provocações no sentido não só da crítica à colonialidade, mas também da auto-crítica nesse processo de descolonização, visto enquanto prática, hábito que incide na concepção de mundo e também no corpo. Não só teoria, bibliografia, texto, mas em muito tessitura de existência, constituição de ser. Sentimos necessidade, após o encontro impactante com a ácida e doce fortaleza aymara de Silvia Cusicanqui, de estendermos o tempo juntos a fim de conversar, trocar impressões, dúvidas, inquietações. Atividade fértil de fazer ecoar ideias, ou até mesmo contrapô-las, que se estabelece como atividade criadora de abertura para outras constituições de mundo possíveis. Na UNIRIO também vivenciamos um momento forte de nossas trocas e potencializações mútuas. Este momento foi a fala da afro-caribenha Yuderkys Espinosa, que além de muito nos influenciar com sua vida militante e sua obra, dedicada ao feminismo decolonial, trouxe outra mulher para esse diálogo tonificante e empoderador: dialogou com a referência bibliográfica que é a intelectual Oyèrónké Oyewùmi, nigeriana que analisa a cultura yorubá.

Seguindo na perspectiva de valorização da potência afetiva, criativa e cognitiva dos encontros, em dezembro de 2017 o coletivo de pesquisa Corpoder organizou o I Simpósio *Críticas à colonialidade: corpos, poderes e saberes, no campus Tijuca II*. Foi um dia inteiro de evento, no qual abrimos a escola para uma diversidade de atividades e saberes, para múltiplas epistemologias, entre mesas redondas no auditório, diferentes oficinas e o sarau artístico *Sopa de letras* (com a temática da descolonização), no pátio; mesas de comunicações com temas variados espalhadas por algumas salas de aula; e, no encerramento, uma roda de capoeira com direito a oficina prática para o público. Neste dia sentimos a escola viva, aberta, os saberes circulando, as subjetividades interagindo de forma livre e interessada, com atividades que, em sua maioria, uniam as pessoas, as uniam consigo mesmas, integrando seus corpos e mentes, superando uma dicotomização que é tão naturalizada no espaço escolar (como também nas universidades). Houve oficina de tranças, musicalização, grafite, danças populares brasileiras, capoeira e filosofia; mesas sobre descolonização e educação, gênero e filosofia, sobre descolonização no espaço escolar; comunicações variadas sobre literatura negra e indígena, filosofias decoloniais, música, dança, bailes black e resistência, filosofia africana, antropofagia, feminismos e outras questões de gênero.

Borrando limites e bordas da filosofia: interculturalidade, interseccionalidade, interdisciplinaridade

A pluralidade de componentes curriculares envolvidos na temática e na militância da descolonização, presentes no simpósio que organizamos a partir do grupo de pesquisa, nos fez perceber a inserção destes estudos enquanto rede plural que desafia as separações dos conhecimentos em caixinhas. Evidenciou o paradoxo das disciplinas enquanto gavetas estandardizadas, que pouco dialogam no entra-e-sai de docentes das salas de aula e o difícil trabalho interdisciplinar de recompor o que foi apartado. Alia-se isso ao choque de egos de pesquisadores, docentes e suas áreas e sub-áreas do saber, e o resultado nefasto que percebemos é a manutenção da hierarquização e do mutismo entre os conhecimentos, em especial na academia e nas instituições de ensino.

Os aportes epistêmicos que Silvia Cusicanqui, Yuderkys Espinosa e Oyèrónké Oyewùmi são capazes de acrescentar à filosofia, a esta área do conhecimento, seu *modus operandi*, suas metodologias e estratégias de ensino, ampliam e oxigenam o campo de saberes filosóficos de modo incisivo e necessário. Isso para citar apenas as intelectuais com as quais

dialogamos nos potentes encontros oportunizados pela pesquisa, tal como descrevemos acima, fazendo um minúsculo recorte no interior de uma lista extensa e, por que não dizer?, infinita, posto que perpetuamente por fazer, incompleta. Esta lista poderia ser facilmente ampliada, num piscar de olhos, para intelectuais como Catherine Walsh, Rita Segato, María Lugones, Sobonfu Somé. No entanto, no mundo atual das super especializações, essas pensadoras são classificadas como sociólogas, antropólogas, estetas, educadoras, não como filósofas. Isso se deve às suas formações universitárias, aos departamentos nos quais trabalham, às experiências práticas de ensino que desenvolvem – estruturas acadêmicas que imperam e ditam as regras do jogo, do que pode ser reconhecido como filosófico e do que deve ser alocado para outro compartimento. Isso tudo a despeito do fato inegável de que os escritos dessas pensadoras são grávidos de atitude filosófica, reverberando enquanto verdadeiros fertilizantes e catalisadores do fazer filosófico, muito mais vigorosos do que a maioria dos textos produzidos nas academias por aqueles reconhecidos como filósofos profissionais, devido às suas formações universitárias. Ao contrário, estes textos acadêmicos são considerados irrelevantes e inócuos, e se perpetuam na tradição de comentadores da filosofia, especialistas em pequenos recortes, produzindo, quando muito, um conhecimento endógeno.

Os estudos que dão conta de integrar a complexidade de saberes que atravessa a interculturalidade do mundo em sua diversidade, para além de uma suposta e falsa hegemonia masculina ariana superior, são os mesmos que transbordam as fronteiras que separam as áreas de conhecimento, artificialmente estabelecidas. Estas fronteiras operam tal como as fronteiras dos estados coloniais, desse modelo de estado-nação que desrespeita povos e aldeias, racha recursos naturais antes compartilhados, fragmenta tradições, separa troncos familiares, rompendo com a ancestralidade. São as mesmas fronteiras epistemológicas que opõem metodologias de pesquisa, sistematização e análise, que tratam teoria e prática como dualismo, antagonizam razão à empatia e interesse, excluem do fazer filosófico, assim como da ciência, a criatividade, o componente de criação – excluindo da arte toda a ordem e racionalidade (como tudo isso é obtuso!). E assim, as categorias universais, rígidas e excludentes são nutridas e justificadas por saberes, como a filosofia canônica ocidental, excluindo do conhecimento os afetos, a sensibilidade, opondo estilos e privilegiando academicismos incapazes de dialogar com a grande maioria dos interlocutores.

Uma dificuldade que os ocidentais poderão encontrar, ao ler os pensamentos e ideias de Sobonfu, é que nem sempre são lineares ou construídas

conceitualmente na direção da conclusão. O livro é, mais exatamente, uma conversa, refletindo a intimidade da autora com sua terra, seu povo e seus ancestrais. Nosso vício em informações não será alimentado aqui. Embora o conteúdo seja novo e provocante, não pode ser absorvido como dados a serem inseridos em estatísticas e estratégias. Existe uma palavra em Dagara que é traduzida como ‘a coisa que o conhecimento não pode comer’. Grande parte do que Sobonfu compartilha nestas páginas é difícil para nossa mente lógica captar e, por isso, não se torna mais um bem de consumo. As oferendas devem ser absorvidas por outra faculdade – o coração, a alma, a intuição, ou como você quiser chamar – e respeitadas, nutridas, incorporadas. (WELLER e WELLER, 2014, prefácio).

No caminho contrário a essa história única e epistemicida, temos a premente tarefa por fazer de fomentar na criação e produção de saberes filosóficos não só a racionalidade, na perspectiva da polirracionalidade, como também os afetos, a sensibilidade, o coração inerente a todo conhecimento, ao ato filosófico, que é mediado pela razão e também dotado de cor, textura, fogo, metáforas, alegorias, diálogos, analogias, pleno de *poiesis*.

Alinhavando notas finais

Neste escrito, inspirado na fala apresentada na mesa sobre gênero e raça no IX Encontro do GT *Filosofar e ensinar a filosofar*, da ANPOF, na UFCG, em Campina Grande-PB, escolhi relatar uma experiência propositiva de estudo e pesquisa, com reflexos diretos sobre o ensino, na educação básica e na formação de professores, que foi a criação e as atividades realizadas pelo Grupo de estudo e pesquisa *Corpoder – Filosofias decoloniais: corpos, poderes e saberes*. O objetivo primevo na criação deste coletivo é aprofundar estudos e ampliar os recortes epistêmicos e curriculares, de modo a fomentar o esgarçamento do cânone filosófico, a fim de superar sua tradição epistemicida. Mostrei aqui maneiras que temos encontrado para atingir nossos objetivos. Concordamos com Cheikh Anta Diop quando este afirma que “os intelectuais devem estudar o passado não para nele se comprazer, mas para dele extrair lições ou, ainda, para se afastar dele com conhecimento de causa, caso seja necessário.” (DIOP, 2014, prefácio). Não queremos aqui nos afastar da filosofia, muito menos da atitude filosófica, talvez o que de mais genuíno haja nisso que denominamos como filosofar, mas se afastar (ou afastar a filosofia?) de suas invisibilizações, apagamentos, silenciamentos, afastá-la da violência epistemicida. Potencializando-nos para redesenhar a filosofia, reescrever sua história, preocupando-nos em compor essa história não de forma monocórdia, mas como colcha de retalhos, colorida, plena de diversidade nas distintas padronagens. Podemos citar também como

inspiração metodológica o processo criativo do rap, que muitas vezes se apropria de trechos de canções já existentes, que admira, e os antropofagiza em novas sonoridades, sempre múltiplas, criativas, plurais, gerando outras músicas que contêm as sementes que as nutriu. Acredito ser possível trabalharmos assim, nesse *modus operandi*, também na filosofia.

Bibliografia

BONILLA, Alcira. **Filosofía y violència**. Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Jujuy, n.38, San Salvador de Jujuy, 2010, p.85-111.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Luanda/Ramada: Mulemba e Pedago, 2014.

DUSSELL, Enrique. **Política da libertação: história mundial e crítica** (vol.1). Passo Fundo: IFIBE, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.), 1988b, p. 69-82.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento** (Goethe Institut-SP, 2016). <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf> (acessado em 6 de junho de 2017).

KUSCH, Rodolfo. **Esbozo de una antropología filosófica americana**. Buenos Aires: Ediciones Castañeda, 1978.

LUGONES, María. **Colonialidad y gênero**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9, p.73-101, julio-diciembre 2008.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. **Textos seleccionados**. Bogotá: La Frontera, 2017.

OYEWÙMI, Oyèronké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del gênero**. Bogotá: La frontera, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-Systems Research 6 (2), 2000, p.342-386.

RAMOS, Francisco José. **El espacio público de la filosofía**. In: Diálogos, San Juan de Puerto Rico, n.66, 1995, p.127-131.

SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2003.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WELLER, Julia e WELLER, Francis. Prefácio, in: SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2003.